

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O problema da justiça refere-se à correspondência, ou
 não, entre a norma e os valores supremos ou finais que
 inspiram determinado ordenamento jurídico. Não importa
 4 comentar se existe um ideal de bem comum, idêntico para
 todos os tempos e para todos os lugares. Todo ordenamento
 jurídico persegue certos fins e esses representam os valores
 7 a cuja realização o legislador, mais ou menos conscientemente
 e adequadamente, dirige sua própria atividade. Quando se
 considera que há valores absolutos, objetivamente evidentes,
 10 a pergunta acerca de se uma norma é justa ou injusta equivale
 a perguntar se esta é apta ou não a realizar aqueles valores. No
 caso de não se acreditar em valores absolutos, o problema da
 13 justiça ou da injustiça de uma norma tem um sentido: equivale
 a perguntar se essa norma é apta ou não a realizar os valores
 históricos que inspiram esse ordenamento jurídico, concreta e
 16 historicamente determinado.

Norberto Bobbio. *Teoría general del derecho*. Bogotá/CO:
 Temis S.A., 1999, p. 20-2 (tradução livre, com adaptações).

De acordo com as ideias do texto **Teoría general del derecho**,

- 1 o problema da justiça é estudado a partir da análise entre o mundo ideal e o mundo real, entre o dever-ser, que representa a norma justa, e o não dever-ser, que corresponde à norma injusta.
- 2 a questão de se definir se uma norma jurídica é justa ou injusta é um problema deontológico do direito, ou seja, remete a um juízo de valor.
- 3 estudar o problema da justiça ou da injustiça de uma norma jurídica pressupõe o exame de sua aptidão para o ideal do bem comum.

Julgue os itens subsequentes, relativos às estruturas linguísticas do texto **Teoría general del derecho**.

- 4 Sem prejuízo para a correção gramatical e para a coerência do texto, o primeiro período poderia ser assim reescrito: A questão da justiça concerne a correspondência ou não entre a norma e valores absolutos, ou finais, inspiradores de dado ordenamento jurídico.
- 5 Na concatenação das ideias do texto, ocorre uma sequenciação textual conjugada entre a oração iniciada com “Quando” (ℓ.8) e a oração começada por “No caso de” (ℓ. 11 e 12).

- 6 Na estrutura textual, o vocábulo “esta” (ℓ.11) e a expressão “aqueles valores” (ℓ.11) fazem referência, respectivamente, ao termo “norma” (ℓ.10) e à expressão “valores absolutos” (ℓ.9).
- 7 Na linha 15, caso se substituísse o vocábulo “concreta” por **concreto**, não haveria prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, já que esse novo termo concordaria com a expressão “ordenamento jurídico”.

1 O termo justiça expressa o que se faz conforme o
 direito ou segundo as regras prescritas em lei. Desse modo, o
 termo justiça como conformidade da conduta a uma norma é
 4 empregado para julgar o comportamento da pessoa humana
 diante de uma norma, seja esta moral, seja de direito natural ou
 de direito positivo. Já o termo justiça como eficiência de uma
 7 norma (ou de um sistema de normas), no sentido de se
 possibilitar as relações entre os homens, é empregado para
 julgar a própria norma que regula o comportamento humano.

Carlos Henrique Bezerra Leite *et al.* *A validade e a eficácia das normas jurídicas*.
 (Coord. Renan Lotufo). Barueri/SP: Manole, 2005, p. 7 (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto **A validade e a eficácia das normas jurídicas**, julgue os itens a seguir.

- 8 Em “seja esta moral, seja de direito natural” (ℓ.5), é obrigatório o emprego da vírgula para indicar a relação de alternância entre os elementos de orações de mesmo nível sintático.
- 9 Conclui-se do texto que existem dois significados principais do termo justiça, que se complementam, mas que, diretamente, não se equivalem.
- 10 No primeiro período do texto, a partícula “se” é empregada para realçar o que está sendo afirmado nesse período.
- 11 Sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, a estrutura “Desse modo (...) diante de uma norma” (ℓ. 2 a 5) poderia ser assim reescrita: Assim sendo, emprega-se o termo justiça para julgar o comportamento do ser humano em consonância à norma de conduta.

1 Consta do preâmbulo da Constituição Federal que a
 justiça é um dos valores supremos da sociedade, tal qual a
 harmonia social e a liberdade. Nos demais artigos da Carta
 4 Magna, esse termo costuma vir associado à ideia de justiça
 social. Assim, o primeiro inciso do artigo terceiro da
 Constituição estabelece que a construção de uma sociedade que
 7 seja justa é um objetivo fundamental da República Federativa
 do Brasil. Ao circunscrever a justiça no espaço da sociedade,
 o texto constitucional estabelece, em síntese, que a promoção
 10 da justiça na sociedade é um fim do Estado brasileiro.

Sérgio Luiz Junkes. *A justiça social como norma constitucional. Resenha eleitoral – Nova série*, v. 12, n.º 1, jan.-jun./2005. Internet: <www.tre-sc.jus.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto **A justiça social como norma constitucional**, julgue os seguintes itens.

- 12 À semelhança do que ocorre com a expressão “em síntese” (ℓ.9), o trecho “que seja justa” (ℓ. 6 e 7) constitui uma expressão explicativa, razão por que também poderia ser isolado por um par de vírgulas, sem que isso acarretasse prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.
- 13 Compreende-se do texto, em síntese, que a justiça social equipara-se, como valor da sociedade, à harmonia social e à liberdade.
- 14 Deduz-se do texto, sob o ponto de vista semântico, que a promoção da justiça social constitui meta da República Federativa do Brasil.
- 15 Na linha 2, sem prejuízo para a correção gramatical, a expressão “tal qual” poderia ser flexionada no plural, para concordar com “valores supremos”.

COMUNICADO GDG N.º 2, DE 30 DE JANEIRO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em cumprimento ao que determina o art. 1.º da Resolução CNJ n.º 22, de 5 de junho de 2010, divulga a frota de veículos do Tribunal, conforme a planilha anexa.

José Joaquim Xavier

No tocante a aspectos gerais das correspondências oficiais e com fundamento no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens, relativos ao fragmento de comunicação oficial hipotética anteriormente apresentado — COMUNICADO GDG N.º 2.

- 16 A comunicação oficial hipotética em questão não atende à concisão, uma das qualidades essenciais da redação oficial.
- 17 O vocábulo “anexa” foi empregado de acordo com o padrão culto formal da língua portuguesa.
- 18 O vocativo adequado, na elaboração de expediente oficial dirigido ao emitente da comunicação em apreço, seria “Digníssimo Senhor”, seguido do nome do cargo correspondente.

PORTARIA STJ/GDG N.º 205, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

Prorroga o prazo estabelecido na Portaria STJ GDG n.º 1.247, de 9 de dezembro de 2014.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 17.2, X, b, do Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1.º Prorroga, até 6 de abril de 2015, o prazo estabelecido no art. 3.º da Portaria STJ GDG n.º 1.247, de 9 de dezembro de 2014.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

José Joaquim Xavier

Acerca de aspectos gerais das correspondências oficiais e com fundamento no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens, relativos ao documento oficial hipotético anteriormente apresentado — PORTARIA STJ/GDG N.º 205.

- 19 Em uma portaria, denomina-se epígrafe o trecho do texto que sintetiza seu conteúdo, de modo a permitir o conhecimento imediato da matéria, como na hipótese em questão: “Prorroga o prazo (...) dezembro de 2014”.
- 20 Caso o artigo primeiro do documento em apreço constituísse um *caput* seguido de um único parágrafo, este deveria ser identificado por extenso e seu texto deveria iniciar-se com letra maiúscula e encerrar-se com ponto final.

1 Fifty years ago, when the world’s population was
 around half what it is now, the answer to looming famines was
 the green revolution — a massive increase in the use of hybrid
 4 seeds and chemical fertilizers. It worked, but at a great
 ecological price. We grow nearly twice as much food as we did
 just a generation ago, but we use three times as much water
 7 from rivers and underground supplies.

Food, farm and water technologists will have to find
 new ways to grow more crops in places that until now were
 10 hard or impossible to farm. It may need a total rethink over
 how we use land and water. So enter a new generation of
 radical farmers, novel foods and bright ideas.

Internet: <www.theguardian.com> (adapted).

In reference to the text above, judge the following items.

- 21 The green revolution was effective but its damaging ecological consequences are felt until today.
- 22 The expression “looming famines” (ℓ.2) refers to situations of severe lack of food which led to “the green revolution” (ℓ.3).

1 Law has always worked with technology, even if it
was not called by that name. If we think of technology as those
things that people use to achieve a desired effect, then the
4 technology of law has encompassed documents, signatures and
files. The courtroom is a technology of the law, providing a
place for the parties and the judge to come together and
7 communicate, for witnesses to be sworn and to give evidence,
and for judges to pronounce binding decisions. The bench, with
its raised position, facilitates the judge's surveillance and
10 control of the court, as well as framing (below the insignia of
a coat of arms or other symbol of authority) the legal
pronouncement of a sentence. This well-known ensemble of
13 people in specific roles, and of things that set the scene of their
roles and record the statements they make has accompanied
and developed with the law over many centuries.

Richard Mohr and Francesco Contini. *Reassembling the legal. The wonders of modern science in court-related proceedings*. Internet: <<http://ro.uow.edu.au>> (adapted).

Judge the following items concerning the ideas and the language used in the text above.

- 23 The words “their” (ℓ.13) and “they” (ℓ.14) refer, respectively, to “people” (ℓ.13) and “roles” (ℓ.13).
- 24 From the text, one can infer that different festive events take place in a courtroom, such as celebrations and meetings.
- 25 The text shows that the concept of technology can be much broader than one usually thinks.

A respeito da administração pública direta e indireta e de atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 26 É defesa aos Poderes Judiciário e Legislativo a criação de entidades da administração indireta, como autarquias e fundações públicas.
- 27 A atividade administrativa pode ser prestada de forma centralizada, em que um único órgão desempenha as funções administrativas do ente político.

Julgue os itens a seguir, referentes a institutos diversos do direito administrativo.

- 28 A aplicação retroativa de nova interpretação dada a norma administrativa é admitida no processo administrativo.
- 29 A recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- 30 O objetivo da licitação pública é escolher a proposta mais vantajosa para o futuro contrato e fazer prevalecer o princípio da isonomia, visando à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Julgue os itens seguintes, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.

- 31 Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.
- 32 A superveniência de nova Constituição não afetará o direito adquirido na ordem constitucional anterior.

Julgue os itens subsecutivos, acerca da República Federativa do Brasil.

- 33 As Constituições dirigentes privilegiam as liberdades individuais, impondo ao Estado um dever de abstenção e um papel secundário na concretização dos valores fundamentais.
- 34 Segundo o pensamento ideológico político-liberal surgido a partir do século XIX, toda Constituição deve consagrar direitos fundamentais e a separação de poderes.
- 35 A Constituição é instituto multifuncional que engloba entre seus objetivos a limitação do poder e a conformação e legitimação da ordem política.

Julgue os itens seguintes de acordo com o Regimento Interno do STJ (RI/STJ).

- 36 A revisão criminal dispensa atuação do revisor.
- 37 É da Segunda Seção do STJ a competência para processar e julgar feitos que versem sobre registros públicos, ainda quando o Estado participar da demanda, competência essa que, embora seja relativa, será prorrogada se a causa impeditiva da prorrogação não for suscitada a tempo e modo pelas partes.
- 38 Os *habeas corpus* e o agravo regimental são postos em mesa para julgamento pelas turmas, independentemente de publicação em pauta.
- 39 Ainda que ocorra durante as férias no STJ, a publicação de decisão liminar em mandado de segurança produzirá os efeitos de intimação.

Acerca das substituições eventuais no âmbito do STJ, julgue o próximo item à luz do RI/STJ.

- 40 Ausentes o presidente e o vice-presidente do tribunal, presidirá a sessão do plenário o ministro mais idoso.

No que concerne ao Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ), julgue o item a seguir.

- 41 O PLS-PJ é um instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos, metas e prazos que permitem o monitoramento e a avaliação das práticas de sustentabilidade.

Com relação ao desenvolvimento sustentável no âmbito das licitações e contratações da administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 42 Cabe à administração pública federal, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável, observar, nas contratações realizadas, o menor impacto sobre recursos naturais e utilizar inovações que reduzam a pressão sobre esses recursos.
- 43 Embora vise garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, o processo licitatório poderá, excepcionalmente, priorizar a proposta que promova em maior grau o desenvolvimento sustentável, em detrimento da proposta mais vantajosa.

A respeito da Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC); da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei n.º 12.305/2010; e da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), julgue os seguintes itens.

- 44 O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem natureza estritamente diagnóstica, ao caracterizar o empreendimento, os resíduos gerados e seus respectivos passivos ambientais.
- 45 Constituem instrumentos da PNMC, entre outros, os mecanismos financeiros e econômicos, no âmbito nacional, referentes à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

Mariana é uma estudante que tem grande apreço pela matemática, apesar de achar essa uma área muito difícil. Sempre que tem tempo suficiente para estudar, Mariana é aprovada nas disciplinas de matemática que cursa na faculdade. Neste semestre, Mariana está cursando a disciplina chamada Introdução à Matemática Aplicada. No entanto, ela não tem tempo suficiente para estudar e não será aprovada nessa disciplina.

A partir das informações apresentadas nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, acerca das estruturas lógicas.

- 46 Considerando-se as seguintes proposições: p : “Se Mariana aprende o conteúdo de Cálculo I, então ela aprende o conteúdo de Química Geral”; q : “Se Mariana aprende o conteúdo de Química Geral, então ela é aprovada em Química Geral”; c : “Mariana foi aprovada em Química Geral”, é correto afirmar que o argumento formado pelas premissas p e q e pela conclusão c é um argumento válido.
- 47 Designando por p e q as proposições “Mariana tem tempo suficiente para estudar” e “Mariana será aprovada nessa disciplina”, respectivamente, então a proposição “Mariana não tem tempo suficiente para estudar e não será aprovada nesta disciplina” é equivalente a $\neg p \wedge \neg q$.
- 48 Considerando-se como p a proposição “Mariana acha a matemática uma área muito difícil” de valor lógico verdadeiro e como q a proposição “Mariana tem grande apreço pela matemática” de valor lógico falso, então o valor lógico de $p \rightarrow \neg q$ é falso.

Determinada faculdade oferta, em todo semestre, três disciplinas optativas para alunos do quinto semestre: Inovação e Tecnologia (INT); Matemática Aplicada (MAP); Economia do Mercado Empresarial (EME). Neste semestre, dos 150 alunos que possuíam os requisitos necessários para cursar essas disciplinas, foram registradas matrículas de alunos nas seguintes quantidades:

- 70 em INT;
- 45 em MAP;
- 60 em EME;
- 25 em INT e MAP;
- 35 em INT e EME;
- 30 em MAP e EME;
- 15 nas três disciplinas.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 49 A quantidade de alunos que se matricularam apenas na disciplina MAP é inferior a 10.
- 50 Ao se escolher um aluno ao acaso, a probabilidade de ele estar matriculado em apenas duas das três disciplinas será maior que a probabilidade de ele estar matriculado apenas em INT.

Espaço livre